

LATIFÚNDIO PECUARISTA E SESMARIAL: O MITO ORIGINAL DOS SERTÕES NORDESTINOS E SEUS LIMITES

Aldo Manoel Branquinho Nunes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0365-4259>

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão teórica a partir de uma revisão bibliográfica realizada no sentido de identificar como, no campo da teoria social brasileira, constitui-se e consolidou-se uma tendência que tem influenciado, de forma dominante, desde o século XVIII, a compreensão do processo de ocupação e povoamento do interior do Nordeste. Tendência que fundamentou (como estou chamando) o mito original dos Sertões nordestinos que se apoia na tese sesmarial sobre a formação territorial e na determinação do latifúndio pecuarista como base constituinte dos processos de ocupação do solo e de conformação das relações sociais que serviram para legitimar, de forma quase que incontestada, o construto teórico ideológico da “civilização do couro”. Essa dominância teórica, de certa maneira, tem acomodado muitos estudiosos do meio rural nordestino, levados muitas vezes a assumirem essa versão como pressuposto e a não se empenharem na realização de estudos com o devido rigor empírico de modo a identificar, ao longo desse processo histórico, trajetórias de povoamento e ocupação do solo diferentes, a exemplo das comunidades quilombolas e de cultivadores livres, que coexistiram, muitas vezes de forma paralela, às iniciativas de desocupação/ocupação comandadas pelo avanço das boiadas e da fundação de currais de gado ao longo do Rio São Francisco e de seus afluentes por sesmeiros e fazendeiros.

Palavras-chave: Teoria Social Brasileira, Colonização, Ocupação e Povoamento dos Sertões Nordestinos, Formação Territorial.

LIVESTOCK AND ‘SESMARIAL’ LATIFUNDIOUS: THE ORIGINAL MYTH OF THE BRAZILIAN NORTHEAST HINTERLANDS AND THEIR LIMITS

ABSTRACT

The present work proposes a theoretical reflection based on a bibliographic review carried out in order to identify how, in the field of Brazilian social theory, a trend has been constituted and consolidated that has influenced, in a dominant way, since the 18th century, the understanding of the occupation process of the Northeast hinterlands. A trend that founded (as i called) the original myth of the ‘Sertões’, which is based on the ‘sesmarial’ thesis on territorial formation and on the determination of the cattle ranching as a constituent base of the processes of land occupation and the shaping of social relations that served to legitimize almost undoubtedly, the ideological theoretical construct of the “leather civilization”. This theoretical dominance, in a way, has accommodated many scholars from the northeastern rural environment, often led to assume this version as an assumption and not to commit themselves to carrying out studies with due empirical rigor in order to identify throughout this historical process, different population and land occupation trajectories, like the ‘quilombola’ communities and free cultivators, who coexisted many times in parallel to the initiatives of eviction /occupation led by the advance of cattle and the foundation of cattle corrals along the São Francisco River and of its tributaries by ‘sesmeiros’ and farmers.

Keywords: Brazilian Social Theory, Colonization, Northeast Hinterlands Occupation and Settlement, Territorial Formation.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Técnico-administrativo e assessor da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba (PROEX/UEPB). Sócio Fundador do CPDOC-PAJEÚ. E-mail: aldobranquinho@servidor.uepb.edu.br.

LATIFUNDIO GANADERO E ‘SESMARIAL’: EL MITO ORIGINAL DEL INTERIOR DEL NORESTE DE BRASIL Y SUS LÍMITES

RESUMEN

El presente trabajo propone una reflexión teórica a partir de una revisión bibliográfica realizada con el fin de identificar cómo, en el campo de la teoría social brasileña, se ha constituido y consolidado una corriente que ha influido, de manera dominante, desde el siglo XVIII, en la comprensión del proceso de ocupación y población del interior del Nordeste. Tendencia que fundó (como lo llamé) el mito original de los Sertões Nororientales, que se fundamenta en la tesis sesmarial sobre la formación territorial y sobre la determinación de la ganadería como base constituyente de los procesos de ocupación del suelo y de la formación de las relaciones sociales que sirvieron para legitimar, casi sin duda, el constructo teórico ideológico de la “civilización del cuero”. Este predominio teórico, en cierto modo, ha acomodado a muchos estudiosos del medio rural nororiental, muchas veces ha llevado a asumir esta versión como un supuesto y a no comprometerse a realizar estudios con el debido rigor empírico para identificar a lo largo de este proceso histórico, diferentes Trayectorias de población y ocupación de tierras, como las comunidades quilombolas y cultivadores libres, que convivieron muchas veces en paralelo a las iniciativas de desocupación/ocupación lideradas por el avance del ganado y la fundación de corrales ganaderos a lo largo del río São Francisco y de sus afluentes por sesmeiros y agricultores.

Palabras clave: Teoría Social Brasileña, Colonización, Ocupación y Asentamiento del Interior del Nordeste, Formación Territorial

INTRODUÇÃO

(...) Porque provindos dos mais diversos pontos e origens, ou fossem os paulistas de Domingos Sertão, ou os baianos de Garcia d’Ávila, ou os pernambucanos de Francisco Caldas, com seus pequenos exércitos de tabajaras aliados, ou mesmo os portugueses de Manuel Nunes Viana (...) os forasteiros, ao atingirem o âmago daquele sertão, raro voltavam (...) E o regime pastoril ali se esboçou como uma sugestão dominadora dos gerais (...) Constituiu-se, desta maneira favorecida, a extensa zona de criação de gado que já no alvorecer do século XVIII ia das raíais setentrionais de Minas e Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte e às serranias das lavras baianas, a leste (...) – Os Sertões, Euclides da Cunha (1967, p. 73-74).

(...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade (...)” – Grande Sertão Veredas, Guimarães Rosa (1978, p. 9).

(...) Ocupações? O senhor sabe muito bem que não trabalho e que minha saúde é perfeita. (...) Os donos de terras é que perderam hoje em dia o senso de sua autoridade. Veem-se senhores trabalhando em suas terras como qualquer foreiro. Mas comigo as coisas são como antigamente, a velha ociosidade senhorial. (...) meu nome todo é Antônio Noronha de Britto Morais e esse Noronha de Britto veio do conde dos Arcos, ouviu? Gente que veio nas caravelas, ouviu? (...) – O Auto da Compadecida, Ariano Suassuna (1975, p. 43-45).

Tanto o texto literário-científico de Euclides da Cunha, quanto as obras de Guimarães Rosa e Ariano Suassuna, ao mesmo tempo em que são produto, fundamentam o mito do interior do Nordeste, ou do sertão, como o lugar por excelência do latifúndio pecuarista no Brasil, com origens relacionadas à vinda, como colonizadoras, de famílias nobres portuguesas. Ao longo de mais de três séculos de colonização ibérica e de quase dois de um Brasil politicamente autônomo, construiu-se, por parte de literatos, viajantes-cronistas, historiadores e pelas ‘autoridades’ oficiais e oficiosas que gerem a “Terra de Santa Cruz” desde sua ‘descoberta’, uma imagem geral e extrema do semiárido brasileiro

que perdura, com pouquíssimas variações, até os dias atuais e se apoia nas seguintes características: concentrações fundiária e de poder associadas ao mandonismo, economia baseada no criatório de animais a partir de grandes fazendas de gado, autoritarismo e violência iminente.

Sob inspiração de Linhares e Teixeira Silva (1981), este texto objetiva demonstrar como, na teoria social brasileira (a partir de obras muitas vezes não empiricamente referenciadas), desenvolveu-se um “mito original” que explicou a ocupação do território e a formação da estrutura fundiária do Brasil, especialmente dos Sertões nordestinos, como fruto do sistema de distribuição de sesmarias associado à grande lavoura (*plantation*).

Faço isso porque compartilho, por um lado, as ideias de Yony Sampaio (2015, p.51), que entende que muitos estudiosos atribuem (de forma simplificada e fácil) a concentração das terras no Brasil e muitos problemas agrários ao sistema sesmarial pois, amiúde, são poucos os estudos sobre a formação territorial no Brasil que realmente se ocuparam de fazer pesquisas profundas em arquivos que “demandam muito tempo e esforço e o mergulhar em pó e traças para iluminar livros e processos de poucas centenas de anos”. O que se fez muito, para os sertões nordestinos, como demonstraremos, foi transplantar um modelo analítico genérico e normativo, baseado na distribuição de sesmarias, e relacioná-lo à ocupação dessa área.

Por outro lado, porque visualizo, como Garcia Júnior (2003), que, para grande parte dos estudiosos do meio rural brasileiro (especialmente no campo da sociologia rural), o latifúndio e a *plantation* imprimiram, definitivamente, desde os tempos coloniais, a “matriz da nacionalidade”, as relações sociais, e definiram a condição de subordinação do campesinato brasileiro “entre os escravos do passado e os parceiros do presente”. E porque os resultados de minha pesquisa de doutorado² (ver Nunes, 2017) demonstraram que para boa parte dos Sertões nordestinos, essa dualidade não foi e não é real. Não se visualiza, no presente, o predomínio de uma elite descendente das famílias beneficiárias de sesmarias, nem uma concentração fundiária que justifique a imagem/arquétipo criado pela *intelligentsia* nacional que identifica o Nordeste como “o lugar do latifúndio”.

Com esse trabalho, pretendo problematizar algumas generalizações em torno do processo de “ocupação” dos sertões nordestinos que foram responsáveis por atribuir um sentido único à história e à formação de grupos sociais nessa região: a) empenhar-me-ei em demonstrar como, a partir de Antonil, autor que identifico como um fundador, cristalizou-se o mito pecuário-latifundista para explicar a colonização do interior do Nordeste; b) de forma crítica, apresentarei como foi consolidada a versão que relaciona a ocupação definitiva do semiárido, em mão única, com as primeiras entradas e bandeiras para formar as fazendas de gado, como se não fosse possível a existência de processos

² A aludida pesquisa deu origem à tese intitulada ‘Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)’ defendida em 15 de Dezembro de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) e contou com apoio financeiro da CAPES.

paralelos e contínuos de atração sucedidos por momentos de repulsão (por motivos diversos, dentre eles, as secas, por exemplo) ou, como tratei em minha tese, de processos contínuos de abertura e fechamento da fronteira; e c) demonstrarei como foi constituído o quadro explicativo em que se apoia boa parte da história regional e municipal que toma como referência a história da sede municipal – a doação do primeiro terreno feita por certo sesmeiro ou possuidor de terras (fazendas e currais de gado) para compor o patrimônio da igreja – para caracterizar a história regional.

A HISTÓRIA DO BRASIL: CICLOS ECONÔMICOS, DUALISMO E *PLANTATION*

A historiografia sobre o Nordeste é derivada da imagem do Brasil Colônia que, segundo Linhares e Teixeira Silva (1981), foi construída, ao longo do século XIX, por historiadores e publicistas que ressoavam os intentos de indivíduos e grupos que participaram do processo de ruptura dos elos coloniais e foram responsáveis pela elaboração da ideia de nação. A Colônia era vista ora como um legado jurídico-institucional a ser negado e demolido, ora como uma fase de formação de uma economia e de uma sociedade a serem consolidadas nos seus aspectos nacionais. Assim, a preocupação em explicar as transformações ocorridas ao longo dos três séculos de colonização que antecederam o século XIX levou ao surgimento de um gênero historiográfico que oscilava entre a história econômica e a história jurídico-política. Nesse sentido, o que caracterizou a leitura histórica sobre o Brasil do século XIX até pelo menos a década de 1970 foram, inicialmente, os grandes feitos dos governadores, vice-reis e das dinastias peninsulares (aos moldes de Vanhagem) e, posteriormente, a periodização da história em ciclos econômicos, especialmente a partir de atividades econômicas ligadas a artigos agropecuários destinados à exportação, o que possibilita a caracterização dessa historiografia que se realiza em torno dos ciclos econômicos como tendo por fundamento “uma visão plantacionista da sociedade colonial” (Linhares; Teixeira Silva, 1981, p. 117).

Esse campo historiográfico partilha, de certa maneira, uma visão sobre a colonização brasileira consolidada, no Brasil, por Caio Prado Junior (2008)³ (mas seguida por Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, dentre outros), a partir do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, “*De la colonisation chez les peuples modernes*”, que diferenciou o nosso processo colonizador, comum nas zonas tropicais – baseado na exploração comercial/mercantil de produtos agrícolas destinados à exportação e utilização de mão-de-obra escrava –, da forma de colonizar com povoamento, comum nas zonas temperadas da América, especialmente na América do Norte. Nesse contexto, muitos autores influenciados pela história econômica concordam que o sentido da colonização do Brasil não apontava para o povoamento, mas tinha como o objetivo central a comercialização, em nível

³ Caio Prado Junior (2008), apesar de dar uma explicação mista entre os condicionamentos econômicos, ambientais e ideológicos que fundamentaram o sentido da colonização do Brasil, enfoca os econômicos.

internacional, de produtos cultivados ou extraídos em território brasileiro. Esse aspecto também foi ressaltado por Sergio Buarque de Holanda (1971) – que, enfocando os princípios que “se combatem e regulam diversamente a atividade dos homens”, diferenciou o tipo aventureiro (atribuído aos países de colonização ibérica) do tipo trabalhador (atribuído às colônias do setentrião da América do Norte) – e figurou nas análises empreendidas por Vianna Moog (1969), que, mirando nos objetivos dos colonizadores, diferenciou a colonização do Brasil (país de maioria católica) e a colonização dos Estados Unidos (país de maioria protestante).

Para Linhares e Teixeira da Silva (1981), a periodização da história do Brasil em ciclos inicia-se com Roberto C. Simonsen⁴, com o livro “História Econômica do Brasil (1500/1820)”, publicado pela primeira vez em 1937, sob influência direta, no que se refere ao método de escrita e análise, do autor português João Lúcio de Azevedo e, de certa maneira, uma retomada, embora que “tímida”, de Capistrano de Abreu. Essa estratégia de pesquisa-escrita continuada e muito disseminada, na academia, por Caio Prado Júnior – que também publicou uma “História Econômica do Brasil”, mas que estendeu sua análise até o século XX – privilegiou a existência de um fator dominante, no caso, um produto destinado à exportação, que ascendia, decaía e às vezes desaparecia, servindo como marco para organizar logicamente e cronologicamente o processo histórico do país, e guardou, fundamentalmente, relação com as crônicas e descrições impressionistas dos viajantes naturalistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, com dados oficiais sobre exportação. Assim, segundo essa perspectiva, a história do Brasil pode ser explicada pela análise dos ciclos sucessivos de produtos destinados à exportação, obedecendo à seguinte ordem: pau-brasil, açúcar⁵, ouro, café.

Além da tendência tornada dominante na historiografia brasileira pela história econômica (ou do recurso à compreensão dos ciclos econômicos⁶), dominou na cena acadêmica nacional, especialmente entre cientistas sociais, o dilema em torno da caracterização da colonização brasileira entre uma tese que a atribuiu um caráter feudal e outra que atribuiu o caráter capitalista ao processo de ocupação do que viria a ser o território brasileiro e da formação das estruturas sociais e econômicas brasileiras, quadro que deriva, em grande medida, segundo Linhares e Teixeira da Silva (1981), dos

⁴ Roberto Simonsen (1977) referiu-se aos ciclos do pau-brasil, do açúcar e da mineração. Tratou também de ciclos menores como o do ouro de lavagem e o da caça ao índio, além de tratar dos ciclos despovoadores e repovoadores do sertão. Em relação à pecuária, o autor a caracterizou como “outro fator econômico”, que não assumiu a feição de fase ou ciclo.

⁵ E a pecuária bovina como elemento subsidiário a cultura da cana de açúcar.

⁶ Esses estudos, por um lado, pelo apego que tiveram aos dados sobre exportação, não só levavam o leitor a incorrer no erro de que os ciclos baseados em produtos destinados à exportação entravam em decadência e depois desapareciam, como também mascararam todo um leque de relações sociais e econômicas que se desenvolveram para além dos produtos principais. Por outro lado – e é um aspecto visto positivamente por Linhares e Teixeira da Silva (1981), como mérito – possibilitaram a regionalização dos estudos históricos ao focar as vocações produtivas de cada região e a quebra de visões idealistas sobre uma história nacional. No entanto, mais recentemente, a obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) fez uma crítica ferrenha à história regional, especialmente à historiografia destinada ao estudo do Nordeste. Nesse texto, o autor, a partir da crítica que fez à noção de região, asseverou que o Nordeste é uma invenção recente, uma criação das elites intelectuais, própria do século XX, que, para o autor, tem cumprido a função de acalantar essas elites pelo fato de terem perdido posições na balança de poder regional e nacional em relação às elites sul e sudeste do país.

trabalhos dos franceses Jacques Lambert e Roger Bastide, que compreendiam a realidade brasileira a partir do dualismo entre um setor aberto e moderno, correspondente às estruturas urbanas, e um setor fechado e arcaico, correspondente às estruturas do campo. Assim, consolidou-se no campo acadêmico uma visão sobre o Brasil – e aqui utilizo as palavras de Linhares e Teixeira da Silva (1981, p. 42) – que confrontava “o *velho*, representado pelo imobilismo do interior (o sertão da pecuária, do latifúndio, do coronelismo, do agrarismo tradicional) e o *novo*, representado pelo litoral que se vincula à indústria, ao grande comércio, às formas avançadas de civilização, ao dinamismo”. Assim, no cerne desse dilema está a tese dualista para a qual a forma de colonização gerou os latifúndios de caráter feudal, isolados uns dos outros pela autossuficiência produtiva, resistentes à mudança, monocultores, atrasados tecnicamente e com relações sociais rigidamente hierarquizadas.

De um ponto de vista marxista, o texto de Alberto Passos de Guimarães (1977) também trabalhou nesse sentido e demonstrou como pôde existir unidade analítica entre a história contada em torno de ciclos econômicos, o sistema de *plantation* e a visão dualista da constituição da sociedade brasileira. Com o artifício de explicar o processo de ocupação do território brasileiro a partir do sistema de sesmarias (que, segundo ele, fora traído em suas origens pelo monopólio feudal⁷ pois o instituto tinha dois objetivos claros, que eram a disseminação das culturas e o povoamento da terra), o autor justificou como se formou a propriedade latifundiária e em torno dela, como se desenvolveram relações sociais de cunho feudal.

O fato é que, em certo momento, a tese dualista funde-se com a tese cíclica-etapista em torno do construto da *plantation* e passa a influenciar decisivamente as interpretações sobre a ocupação dos sertões e dotá-lo de um estigma, o latifúndio-pecuarista, como abordarei à frente. Dessa forma, a historiografia tradicional tendeu a reproduzir e generalizar os esquemas de interpretação que identificaram os processos de exploração da terra, exclusão e hierarquização social desenvolvidos nas áreas canavieiras para as áreas do sertão.

Esse exercício de transpor um modelo analítico do litoral para o entendimento das relações sociais e de poder dos sertões e caracterizá-las como sendo de cunho feudal também foi praticado por Gilberto Freyre (1964), que, ao descrever a sociedade patriarcal, em um de seus primeiros trabalhos, comparava as fazendas de criar gado com os engenhos de açúcar do litoral da seguinte forma:

O poder dos grandes plantadores – os de cana, principalmente – nos meados do século XIX, repita-se que era realmente feudal, quase não sendo possível às leis civis restringir o que havia de tentacular no seu extremado patriarcalismo. Semelhante poder feudal, desenvolvido

⁷ O monopólio feudal é referência aos destinatários das sesmarias, que inicialmente eram os membros da “decadente classe senhorial portuguesa, detentora de grandes poderes feudais, apoiada pela igreja, herdeira das tradições mais vivas do medievalismo”, os chamados “homens de qualidade” (Guimarães, 1977, p. 41).

nos engenhos e nas fazendas de criar, não tardaria a se prolongar no dos plantadores de café, no Sul do Império (Freyre, 1964, p. 95-96).⁸

As primeiras críticas coordenadas às interpretações que viam no feudalismo o modo de produção dominante no campo brasileiro, especialmente às análises de Alberto Passos de Guimarães, foram elaboradas por Caio Prado Júnior e André Gunder Frank. Esses autores admitiram o caráter capitalista da colonização brasileira vinculada à empresa colonial portuguesa, negaram o esquema evolutivo e linear dos modos de produção e contestaram a permanência dos “restos feudais” na estrutura agrária do Brasil, dada a impossibilidade de existirem na mesma sociedade setores independentes uns dos outros. Essas críticas promoveram uma mudança na maneira de focar as relações sociais no campo, um abandono progressivo da tese dualista (capitalismo/feudalismo) e a revisão dos esquemas evolutivos dos modos de produção, enfim uma mudança qualitativa importante no debate sobre as estruturas socioeconômicas do Brasil e de outros países com passado colonial. Destacam-se, inicialmente, nessa tendência, os trabalhos de Ciro Flamarion de Cardoso e Moacir Palmeira, que propuseram a existência de sistemas específicos, nem feudais nem capitalistas (a *plantation*, o latifúndio, a pequena produção mercantil, a economia camponesa e o escravismo colonial) (Linhares; Teixeira da Silva, 1981).

De um ponto de vista mais conservador, destacaram-se os trabalhos de Delfin Netto, Afonso Pastore, Ruy Miller Paiva, Pereira de Carvalho e Antonio de Barros Castro que, fazendo críticas ao modelo dualista, não identificavam lógica na caracterização feudal da colonização e do mundo rural brasileiro, não reconheciam a relação do atraso econômico brasileiro com o setor agrícola e a concentração de terras característica dessas áreas, nem a necessidade da reforma agrária (Linhares; Teixeira da Silva, 1981).

Já de um ponto de vista mais radical de esquerda, retomando a chave analítica proposta por Ciro Flamarion Cardoso e Moacir Palmeira, sem aderirem à tese capitalista de Caio Prado Júnior e André Frank, mas em confronto com os autores conservadores e reconhecendo a necessidade de alteração na estrutura fundiária, diferentes autores (José de Sousa Martins, Otavio Velho, Francisco de Oliveira, Maria Rita Loureiro, Maria da Conceição d’Incao e Melo, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Maria Isaura Pereira de Queiroz) empenharam-se, a partir de marcos teórico-metodológicos sofisticados, em fazer a crítica ao dualismo, demonstrando, especialmente, a capacidade que tem o processo de desenvolvimento capitalista não só de refuncionalizar formas pré-

⁸ No mesmo texto, o autor já tinha afirmado que: “A terra era propriedade dos plantadores de café, no Sul, de criadores de gado, nas províncias interiores e no Rio Grande do Sul, de senhores-de-engenho (plantadores de cana-de-açúcar) no Nordeste, especialmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia” (Freyre, 1964, p. 80-81). Esse trecho demonstra o apego de Gilberto Freyre a uma visão latifundista sobre a propriedade da terra, e dificultou, para ele, o reconhecimento de classes intermediárias de proprietários de terras para além dos “roceiros”, em sua maioria pessoas escravizadas que foram alforriadas e que viviam nos entornos dos engenhos, como se não fosse possível, a existência, no interior, de pequenos cultivadores/criadores com propriedade da terra que descenderiam de pessoas escravizadas.

existentes, como também de criar e recriar formas não capitalistas de produção. De um modo geral, para este grupo, o Brasil foi gerado historicamente no contexto de expansão do capitalismo mundial sob a égide da dependência ou sob a lógica de um capitalismo periférico, em que a agricultura de produtos coloniais e dependência de mercados externos não seriam a causa, mas o resultado da inserção dependente no capitalismo mundial. Assim, o atraso das técnicas e das relações de trabalho não se trataria de sobrevivência feudal ou colonial, mas da recriação de múltiplas formas sociais e econômicas não capitalistas (Linhares e Teixeira da Silva, 1981).

Assim, certa intelectualidade de esquerda (como Francisco de Oliveira e Manoel Correia de Andrade) que estudou os sertões nordestinos tendeu a imprimir uma carga valorativa sobre o processo de ocupação. Esse campo ressalta o lado expropriatório e espoliador dos sesmeiros que escravizaram, domesticaram, catequizaram, exterminaram e exploraram sexualmente as populações indígenas, além de terem introduzido com menor intensidade⁹, segundo essa visão, o braço escravizado dos africanos. Derivam uma suposta concentração da terra, no presente, agravada pelo flagelo das secas¹⁰, ao sistema de sesmarias e à eficácia conservadora da Lei de Terras, e, assim, corroboram a mesma visão sobre a ocupação do semiárido para justificarem a necessidade de se fazer justiça¹¹ (através da reforma agrária) aos descendentes daqueles atores historicamente explorados, sejam eles camponeses, pequenos produtores e moradores, meeiros, sejam os parceiros expulsos pela grande propriedade, todos condensados, atualmente, na figura dos trabalhadores sem acesso à terra. Nesse sentido, são exemplos tanto publicações com caráter de diagnóstico destinadas a processos de intervenção política, como o “Projeto Áridas” (Vasconcelos; Torres, 1994) da década de 1990 e algumas mais recentes, de caráter mais acadêmico, como “Impacto dos Assentamentos” (Leite *et al.*, 2004) e o “Atlas da Questão Agrária Brasileira” (Girard, 2008), quanto às publicações de cunho mais político produzidas e divulgadas por movimentos sociais de luta pela terra com atuação no semiárido, como algumas que saíram no “*Jornal Sem Terra*”, organizado pelo MST, como demonstrou Silva (2013).

A COLONIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO: LATIFÚNDIO PECUARISTA E A “CIVILIZAÇÃO DO COURO”

A história predominantemente contada sobre a colonização do Nordeste, sobre o Império e sobre a Primeira República é, dessa forma, derivada dessa imagem sobre a Colônia, que vê a economia

⁹ Essa perspectiva da não presença africana nas fazendas de gado já foi criticada por Mott (1976) e continua sendo passível de críticas.

¹⁰ Nesse contexto, também se popularizou o enfoque sócio-político sobre as secas (Souza; Medeiros Filho, 1983) em oposição aos enfoques tradicionalista, tecnicista e ecológico para explicar o problema da seca, como que afetando e degradando, quase que exclusivamente, as populações pobres e sem propriedade da terra.

¹¹ Outros dois paradigmas teórico-políticos que emergiram a partir da compreensão de que o sertão é o lugar, por excelência, das injustiças sociais no Brasil, agravadas pelo fenômeno das secas – dado alto grau de concentração da terra, herança dos sistemas de capitania hereditárias, donatárias e sesmarias –, que, em certo momento, foram unificados pelos intelectuais de esquerda para combater as injustiças do latifúndio, são o da “convivência com o semiárido” e o da “agroecologia”.

dividida em ciclos em torno de produtos principais como fundamento da explicação sócio-histórica. Em linhas gerais, essa modelagem analítica, reconhecida como o modelo de *plantation*, tem as seguintes características para Linhares e Teixeira da Silva (1981): a) economia agrária caracterizada pelo regime de grandes propriedades sesmarias (latifúndio agrário-exportador e latifúndio pecuário); b) trabalho escravo; c) monocultura de produtos tropicais voltada para o mercado externo; d) sistema político resultante da hipertrofia do poder privado; e) caráter rural da população; f) precariedade dos transportes e do comércio interno; g) extrema escassez da moeda; h) estreiteza das atividades artesanais e quase inexistência da manufatura; i) fragilidade numérica, econômica e social dos comerciantes residentes na colônia e, ao contrário, extrema importância da burocracia do Estado; j) estrutura de consumo que refletia a hierarquia entre ricos e pobres, senhores e pessoas escravizadas; l) estrutura familiar de tipo patriarcal; m) prática da religião marcada por manifestações exteriores do culto e; n) extrema pobreza da vida intelectual, especialmente até a primeira metade do século XIX.

Nesse sentido, Caio Prado Júnior (2008), um dos principais divulgadores, no país, do modelo analítico da *plantation*¹² (pois a este modelo subordina todo o processo de colonização brasileira), partiu da ideia de que a ocupação efetiva do Brasil se deu a partir de 1530, com o início das explorações econômicas em torno, primeiramente, da extração da madeira do pau-brasil e, posteriormente, do cultivo da cana de açúcar (e em menor quantidade do fumo) – que iria figurar, praticamente, como o produto em que se assentou a base da economia brasileira por mais de cento e cinquenta anos. Essa exploração que, inicialmente, se apoiou na utilização de mão-de-obra indígena, consolidou-se com o uso do braço negro africano (que já era foco do tráfico comercial português desde o século XV) sobre grandes extensões de terras concedidas a portugueses pela coroa, através dos donatários das capitânicas, foi responsável pela ocupação da costa brasileira e necessitava de outras atividades, tidas como acessórias, com a finalidade de fornecer os meios de subsistência à população empregada nessas culturas principais. Para grande parte dos autores, foi nesse contexto, como atividade acessória da *plantation* açucareira, que a pecuária se consolidou.

O processo de ocupação do semiárido brasileiro deriva daí. Tem sido interpretado como parte de um processo de colonização que se deu de forma linear, a partir da necessidade de suprimento de força motriz e proteína animal para as “principais” atividades econômicas do Brasil-colônia (leiam-se, a monocultura da cana de açúcar e, posteriormente, a mineração), que disputavam a centralidade das exportações brasileiras destinadas à metrópole portuguesa e aos demais destinos do comércio mundial. Assim, de um modo geral, a efetiva ocupação do solo e o processo de territorialização do interior da área que hoje conhece-se por Nordeste têm sido entendidos a partir de uma matriz de

¹² O autor caracterizou esse sistema como sendo baseado em posses de grandes áreas com características de propriedade alodial e absoluta da terra e na monocultura de base escravista para exportação.

pensamento que tem a pecuária e o latifúndio sesmarial, associado ao absenteísmo de seus proprietários, como elementos centrais.

Tanto os autores que defendem a tese feudal (como Alberto Passos de Guimarães, Oliveira Vianna e Nestor Duarte), quanto os que defendem a tese capitalista (como Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen e André Gunder Frank) e os que defendem a tese escravista (como Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado), assumem o latifúndio sesmarial como o elemento definidor das relações de poder no Brasil Colonial. Para o semiárido, uma plêiade de autores, dentre os quais alguns dos já citados, somam a esse aspecto, a dedicação à atividade pecuarista, exercida, majoritariamente, de forma indireta e à distância pelos titulares das sesmarias, que atribuíam a seus prepostos e vaqueiros, a responsabilidade direta com o criatório. Essa imagem do passado colonial sertanejo que perdura até os dias atuais com referência a uma pretensa concentração da terra, de certa maneira, definiu o quadro que coloca os sertões nordestinos como os lugares do latifúndio no Brasil.

De forma quase que unânime, essa ocupação humana demarcada pelo avanço da pecuária, a partir do Rio São Francisco e seus afluentes, tem sido referida pela história econômica e agrária e pela geografia humana, e tem influenciado, de forma importante, estudos socioantropológicos, no presente, de comunidades rurais do semiárido que associam a atual estrutura fundiária do interior do Nordeste a seu passado de ocupação comandada pela expansão do criatório de animais e da multiplicação das fazendas de gado a partir da concessão de extensas datas de terras em sesmaria. O que estou apontado como possibilidade neste trabalho é relativizar essa forma linear de se contar a ocupação dos sertões nordestinos.

De todo modo, é importante apontar que, num momento inicial, a pecuária, enquanto economia de subsistência, ocorria nas mesmas áreas em que se praticava a monocultura de exportação, em torno da cana de açúcar e de mão-de-obra escrava. Mas, com o passar do tempo, com o aumento da população que viria a colonizar o Brasil e com o crescimento dos centros urbanos coloniais, essa atividade, juntamente com outras culturas de subsistência, passou a ocupar as áreas da periferia dos latifúndios monocultores e, progressivamente, foi empurrada para o interior¹³. A pecuária extensiva constituiu-se, nas palavras de Costa Porto (1979), como sendo a “solução fatal” para o fornecimento de proteína e força motriz utilizada nos engenhos do litoral e terminou por transformar-se em “elemento fundamental para o povoamento do interior nordestino”.

Assim, boa parte dos autores que estudaram a colonização do Brasil e as relações sociais desenvolvidas no Nordeste, aceitam a tese de que a pecuária era uma dessas atividades acessórias ou subsidiárias à economia açucareira e que foi a responsável pela ocupação da porção semiárida do

¹³ Existe uma Carta Régia, de 1701, que, em benefício da cultura da cana, proibia a criação de animais nas áreas dos canaviais, pois estes comiam os brotos da cana. Assim, foi estabelecida uma distância mínima para a prática dessa atividade que era de 15 léguas da costa.

Nordeste. São concordantes e complementares, Manuel Correa de Andrade, José Barbosa Lima Sobrinho, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Roberto Simonsen, Otamar de Carvalho e Francisco de Oliveira, que, a partir de Capistrano de Abreu, falaram no advento da “civilização do couro”, permitida, segundo Celso Furtado, pela capacidade que a economia sertaneja teve de introverter-se¹⁴ para a subsistência.

Celso Furtado (2007) – que na “Formação Econômica do Brasil” tratou da “civilização do couro” sem se referir a Capistrano de Abreu – considerou que, ao contrário das Antilhas, no litoral nordestino, os produtores coloniais praticamente não podiam ter acesso a outras porções de mercado, existia uma dedicação quase que exclusiva à cultura da cana-de-açúcar. Assim, os únicos produtos que podiam ser supridos internamente eram a carne e a mandioca que, segundo o autor, apoiado em Antonil, supriam especialmente pessoas escravizadas. No mais, tudo se importava da Europa, principalmente artigos de luxo.

Essa demanda por carne e força motriz (para girar os engenhos) fez surgir a economia sertaneja, baseada na criação de gado, com caráter de ocupação extensiva e até certo ponto itinerante, condicionado pelo regime de águas e pela distância dos mercados. Era, pois, um setor de fornecimento de bens de produção (como também era a atividade madeireira), dependente da economia dos canaviais, que tendia a crescer mais do que a demanda, apesar da pouca rentabilidade que resultou na ínfima ocupação efetiva do território e em mínimas inversões para além da criação, dada a baixíssima densidade econômica do sistema (Furtado, 2007).

Para Furtado (2007), esse processo, se não permitiu uma ocupação efetiva foi determinante para penetração no interior nordestino. Nesse sentido, ao retrabalhar os cálculos feitos por Antonil, depois de assumir como pressuposto inquestionável a existência de fazendas com até vinte mil cabeças de gado (como exporei na citação que se segue), o autor estimou que a população sertaneja correspondia a um total de treze mil habitantes, quantidade necessária e suficiente para tocar um sistema que exigia a razão de um vaqueiro para cada duzentas e cinquenta reses, num universo de seiscentas e cinquenta mil, e não de um milhão e trezentas mil de cabeças de gado, como estimou Antonil, para o final do século XVII e início de do século XVIII.

Esse grupo de autores já referidos e praticamente toda bibliografia recente sobre Nordeste miram na pecuária como princípio explicativo para a ocupação do semiárido. Alguns trabalhos recentes, como o de Alves (2003), o de Guedes (2007) e o de Ferraz (2004) – o primeiro sobre a formação territorial do Piauí, o segundo sobre a colonização do Sertão da Paraíba e o último sobre a formação da sociedade no Sertão de Pernambuco –, apesar de ressaltarem temas contemporaneamente

¹⁴ Para Celso Furtado (2007), a crise da economia açucareira promoveu a crise na economia sertaneja, mas não promoveu o esvaziamento da região, porque ela também tinha a capacidade de voltar-se para a subsistência (introverter-se) como a economia açucareira.

valorizados, como o contato interétnico e a emergência de grupos e classes sociais até então obscurecidos pela historiografia tradicional, partem de uma base argumentativa comum sobre a ocupação via latifúndios-pecuaristas e sofrem, em comum, a influência da produção iniciada no século XIX com José Martins Pereira de Alencastre, e, principalmente, por Capistrano de Abreu que, por sua vez, foi influenciado diretamente por um texto específico de Antonil – escrito em 1717, chamado “Cultura e Opulências do Brasil por suas drogas e minas...” e abaixo parcialmente transcrito – e de textos de outros autores-viajantes, como Spix e Martius, Henri Koster, George Gardner, James Henderson, Tollenare, e do texto anônimo “Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí”.

(...) Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio de São Francisco até o rio Grande, tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçú, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. Assim como aí também param e descansam as que às vezes vêm de mais longe. Mas, quando nos caminhos se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém, se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas, aí o vendem os que o levam e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade. Só do rio de Iguaçú estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, ainda que destas se aproveitam mais os da Bahia, para aonde vão muitas boiadas, que os pernambucanos.

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim a fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios com também nos caminhos (...). (Antonil, 1982, p. 96).

Praticamente todos os estudiosos sobre a colonização do semiárido citam ou enfatizam, nesse texto de Antonil, especialmente a parte que trata das duas famílias principais e a extensão de seus domínios em léguas de terra dadas em sesmaria, e a parte que trata da grande quantidade de gado que os currais dessas famílias comportavam (duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas, mil, seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado). É o que se pode depreender da citação abaixo, da obra mais conhecida de Manuel Correia de Andrade (1998), que, ao mesmo tempo em que atribuiu o caráter subsidiário da colonização do semiárido, através da pecuária, em relação à atividade açucareira, fez alusão ao sistema de aquisição de terras através do sistema de sesmaria que, por tabela, generalizou o modelo latifundiário de ocupação dos sertões nordestinos e

fez referência ao caráter absenteísta dos proprietários de terra, que as exploravam por meio de prepostos e vaqueiros.

O Sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de dois focos: Salvador e Olinda. Foram estas duas cidades que se desenvolveram (...) como centros de açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terra onde se fizesse a criação de gado, indispensável ao fornecimento de animais de trabalho – bois e cavalos – aos engenhos e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento. (...)

Garcia d'Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía de Tatuapera – a famosa Casa da Torre –, embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais deram maior importância ao gado e, desde o governo de Tomé de Souza, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o Sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através de seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda, pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes. Competindo com ela pela extensão das terras que possuía, só se comparava a família do Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, que possuía propriedades que se estendiam desde o Morro do Chapéu até as nascentes do Rio das Velhas, compreendendo mais de 160 léguas de terras. Não eram esses, porém, os únicos grandes latifundiários; outros havia cujas posses eram bem inferiores, mas que viviam como grão-senhores por possuírem sesmarias de grandes extensões, esparsas pelas mais diversas áreas dos sertões nordestinos. (...) (Andrade, 1998, p. 167-168).

Assim, é comum a esse campo da teoria social, ao tratar da colonização do interior do Nordeste, fazer referência a quatro aspectos indissociáveis: a) descoberta de terras através das bandeiras e entradas; b) sucessivas escravização e domesticação (por catequização ou extermínio) dos indígenas nativos; c) distribuição de terras pela concessão de sesmarias; e d) ocupação do solo pela prática da pecuária, com a disseminação crescente de currais e fazendas de gado após a proibição do criatório na zona canavieira (através da Carta Régia de 1701), primeiro ao longo do Rio São Francisco, depois ao longo dos vales férteis dos rios temporários (muitos deles afluentes do São Francisco), onde se produzia gado que servia tanto como fonte proteica quanto como força motriz em subsídio à economia da cana e à economia mineradora no contexto do mercantilismo (Guimarães, 1977; Andrade, 1998).

Nesse sentido, para a tradição consolidada pela história econômica, a pecuária figurou como a atividade em torno da qual girava a organização econômica e social das áreas sertanejas do Nordeste desde o período colonial. Para Villar de Aquino (1987), a fazenda de criação foi, na realidade, por muito tempo, a principal unidade socioeconômica das caatingas nordestinas. Nesse sistema, apesar de o gado ser móvel e precisar ser levado para novos pastos e para o local de comercialização, não se desenvolveram comunidades ou sociedades nômades pastoris como na África. Era comum ocorrer

uma espécie de transumância dentro das próprias fazendas ou entre fazendas (muitas delas do mesmo proprietário), mas sem deslocamento das moradias das pessoas.

Para essa visão dominante sobre a ocupação do semiárido, todas as atividades que ocorriam nas caatingas nordestinas giravam em torno da criação de animais. Desde a fabricação de alimentos, roupas, ferramentas e utensílios domésticos eram fabricados com produtos derivados da pecuária, o que fez Capistrano de Abreu intitular a subcultura formada nesses ambientes de “civilização do couro”. Assim, todas as energias sociais e produtivas eram empregadas nas atividades relacionadas ao criatório, que ocorria de forma extensiva, e os cuidados com o rebanho desenvolveram relacionamentos e vínculos sociais com repercussão, inclusive, na dimensão cultural, em que são exemplos as apartações, vaquejadas e retiradas de gado.

Para o campo historiográfico dominante, destacam-se as referências à pecuária e ao latifúndio e omitem-se as outras formas de ocupação do solo. No próprio texto que fundamenta a histórica publicação “Idea da População...” de 1782, republicado em 1918 pela Biblioteca Nacional, é claro quando afirma – para as freguesias do Sertões de Pernambuco e Paraíba – que “seus habitantes vivem de criar seus gados” e que “nos brejos plantam algumas lavouras para se manter”. Em outros trechos, aparece com todas letras: “outros lugares são despovoados sem moradores alguns, por quanto não servem para criar gados por falta de agoas” e “outros habitantes vivem de seus negócios e de passar boiadas para a Bahia e de lá trazem varias fazendas para seu comercio”. Trata-se do clássico enquadramento dos sertões como áreas da pecuária e a padronização dos sertanejos como criadores de gado, como se não houvesse diferenciação profissional e social. Esse mesmo documento, quando trata da plantação de alguma lavoura, nos brejos, ou do comércio, encara-as como atividades subsidiárias ao criatório, e leva a uma interpretação de que os próprios criadores eram os plantadores dos brejos e os comerciantes de tecido tangerinos de animais, o que obviamente não pode ser encarado como regra.

Interessante notar que, apesar de alguns documentos oficiais em que os teóricos sociais sobre o Nordeste se apoiam para se referirem à história dos sertões já colocarem elementos que acenam para uma forma diferenciada de ocupação, que não pela criação de animais e pelo latifúndio, o que predominou até o hoje, para fins explicativos, foi a referência privilegiada à pecuária. Por exemplo, num documento de 1757 – escrito por Clemente de Amorim e Souza, encaminhado ao antigo Senado da Paraíba e publicado em Souza (1953) – fez-se uma nítida, embora breve, referência à presença de alguns moradores na área que hoje conhecemos por Serra do Teixeira (PB), num dito sítio chamado “Brejo do Monteiro”, que plantavam roças em pequenos sítios. Mas, quando Cavalcante Neto (2013) e Dantas e Dantas (2008), por exemplo, para tratarem da história de Teixeira (PB) e Taperoá (PB) e das famílias Costa Vilar e Dantas, referiram-se muito a algumas fazendas, como a Carnaúba e a

Batalhão, em nenhum momento referiram-se a esse sítio chamado “Brejo do Monteiro” ou a outro sítio em que seus moradores plantavam roças.

Assim, para o campo bibliográfico que se apoia no construto da “civilização do couro”, é recorrente, predominantemente, a referência à estrutura social que se consolidou em face da colonização do Nordeste semiárido, via pecuária. Nessa estrutura, faziam parte, segundo Capistrano de Abreu (1982) e Andrade (1998): a) o donatário, ou o sesmeiro, aquele que figurava formalmente nos contratos e nos acordos de concessão junto aos governadores-gerais e à coroa portuguesa que, geralmente, não explorava diretamente as terras a ele concedidas, e residiam ou na metrópole ou nas sedes das capitanias; b) os prepostos (rendeiros ou fazendeiros) que de fato exploravam e administravam a área das sesmarias através de posses (compradas ou conseguidas através do poder de barganha – em que pesava a confiança – com os sesmeiros), estes estavam incumbidos de administrar a fazenda e pacificar (utilizando a religião ou a guerra aos índios) as áreas ocupadas; c) os vaqueiros e agregados (ou moradores), originários da mestiçagem entre os atores de origem lusitana e indígena – força de trabalho efetiva nesse sistema produtivo para o trato com o gado.

Esse sistema produtivo tinha a quarteação como forma de remuneração. Através de um quarto dos animais nascidos durante um ano, os vaqueiros – que, para grande parte da historiografia tradicional, ou eram de origem indígena, ou advinha da miscigenação entre brancos portugueses ou brasileiros e os indígenas, que, quando não exterminados, eram forçados à convivência com os brancos, e ao longo de gerações já “aculturados” e “assimilados” viviam “pacificamente” com os brancos¹⁵ – obtinham o pagamento de seu trabalho. Para muitos autores, esse sistema não só possibilitou, por alguns séculos, a manutenção do domínio sobre as áreas doadas em sesmarias nas mãos de poucas famílias e uma exploração, à distância, das fazendas de gado, mas, também, uma certa ascensão social do vaqueiro à situação de fazendeiro, e de preposto (ou rendeiro) a de sesmeiro, pelo menos até meados do século XIX, época em que ainda existia áreas desabitadas e/ou devolutas a serem dadas em sesmaria, até 1822, ou em forma de ocupação, concessão ou alienação de posses, até 1850 (Capistrano de Abreu, 1982; Andrade, 1998).

Apesar dessa possibilidade de ascensão social vista por uns, grande parte dos autores concorda que foi a partir da pecuária que se deu a origem do processo de concentração fundiária das áreas de semiárido nas mãos de poucas famílias. Que, mesmo depois de 1850, com a lei de terras, em que se reconheceu a propriedade das áreas já ocupadas por famílias de vaqueiros e que se instituiu a obrigatoriedade da alienação, exclusivamente através da compra e venda, manteve-se o padrão

¹⁵ Villar de Aquino (1987) concordou com a tese tornada clássica de que na pecuária não se utilizou de mão-de-obra negra escrava, mas contestou a participação dos indígenas nessa atividade. O autor entende que quando não exterminados, eram aldeados forçosamente ou escravizados na lavoura do litoral. Assim, asseverou que o tipo humano responsável pela colonização foi o advindo da mestiçagem portugueses/índios/negros e que quase não se tem notícias de portugueses de origem na ocupação dessa área, o que se configura, como demonstrarei na tese, num grande equívoco.

altamente concentrado da propriedade da terra. Nesse sentido, são concordantes Guimarães (1977), Andrade (1998), Pereira de Queiroz (1977), Furtado (2007) e Oliveira (1977).

A obra coordenada por Donald Pierson (1972), sobre o Vale do São Francisco, também se apoiou na mesma visão de determinação colonial do latifúndio sobre a ocupação do semiárido. Apesar de o autor – a partir de bibliografia histórica que envolve textos sobre o bandeirantismo e nas crônicas dos viajantes – atribuir ao contato (seja através da competição, conflito, miscigenação, acomodação, seja através da assimilação) entre os membros de três grupos étnicos (os ocupantes originais ou indígenas, os invasores europeus, particularmente de origem portuguesa, e os africanos, em sua maioria trazidos como escravos), o processo de conformação da “sociedade” do Vale do São Francisco e por extensão, do semiárido, destaca com maior ênfase o processo de colonização, por portugueses, seguindo o curso do São Francisco e seus afluentes (nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), e identifica as raízes da região semiárida no passado marcado pela “conquista” de áreas (através do extermínio, apresamento e catequização de índios) destinadas à formação de currais de gado e exploração mineral que eram concedidas através de cartas de sesmarias.

A narrativa contada em torno da pecuária para tratar da história dos sertões e do próprio Nordeste tem sido utilizada não só para justificar a ocupação do semiárido e a concentração fundiária daí e aí decorrentes, mas para consolidar uma imagem, a imagem do latifúndio¹⁶ no Brasil. Pois, a partir da leitura dos clássicos da historiografia nacional, o que me vem de imediato à mente não são as lavouras de cana-de-açúcar e de café, mas as das fazendas de criar gado. Essa mesma imagem também é utilizada por muitos estudiosos (da academia e fora dela) para contar a história de localidades e dos municípios brasileiros e teve uma capacidade incrível de se oficializar, como apresentarei a seguir.

HISTÓRIA MUNICIPAL E HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS: “DESBRAVAMENTO”, CURRAIS, FAZENDAS E VILAS

Aécio Villar de Aquino (1987) referiu-se ao esquema linear de Oliveira Vianna sobre a ocupação territorial e formação de localidades a partir da pecuária, que seguia a seguinte linha evolutiva: “curral, fazenda, engenho, arraial, povoação e vilas”. Quando retomou essa ideia, o autor a pôs em suspeição ao indicar que nem todo curral deu origem a vilas e nem toda vila se originou de currais de criar gado (geralmente, os ciclos de povoamento encerraram-se na segunda etapa, ou seja, na fazenda de criar gado).

¹⁶ Apesar da correta asserção de Costa Porto (1979/5, p. 66) – “Canavial e pastoreio, deste modo, respondem pelo desadouro do latifúndio nordestino” – em elencar também a atividade canavieira como responsável pela concentração de terras no Nordeste, é a referência ao latifúndio sertanejo de origem sesmarial que tanto ele quanto grande parte da bibliografia sobre o Nordeste é priorizada para caracterizar a concentração de terras no Brasil.

Na verdade, para o autor, a atividade do pastoreio não favoreceu a formação de núcleos populacionais fixos, mas, no caso do semiárido brasileiro, não se desenvolveram culturas nômades, como em outras áreas pastoris no mundo. Dada a abundância de terras, a pecuária era desenvolvida no interior de grandes fazendas privadas e não em áreas coletivas. Ocorria uma espécie de transumância dentro dos limites das próprias fazendas ou, no máximo, nos limites das ribeiras, quando o proprietário possuía outras fazendas nessas áreas. Muitas vilas que se tornaram municípios, em especial do semiárido, foram criadas com finalidade meramente administrativas, sem necessária relação com as fazendas de gado.

Mas o fato é que muitas fazendas se tornaram municipalidades. Diante de uma análise cruzada mais detida, a partir de historiadores locais, com uma publicação produzida pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Conselho Nacional de Estatística e editada pelo IBGE, entre 1957 e 1964, intitulada “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, é de extrema recorrência, no histórico dos municípios do semiárido, a referência ao estabelecimento de currais de gado e de fazendas como marcos iniciais ou fundadores dos atuais municípios.

O que se ressalta nessas apresentações históricas dos municípios – e fica claro que a atenção recai em retratar a história do “local que é hoje a sede” de cada município e não necessariamente da região – são os primeiros habitantes “civilizados”, criadores de gado que doaram parte de suas terras para que se erguesse a igreja em torno da qual se formaram as primeiras aglomerações urbanas. É evidente o destaque que foi dado por esse campo historiográfico à atividade da pecuária e à ação de indivíduos encarados como os pioneiros, descobridores, responsáveis por levar a civilização e a religião àquelas áreas sertanejas “desabitadas”, ou seja, desabitadas pelo homem branco. Nesse sentido, a referência central é o local de onde se inicia a construção da cidade, portanto, um quadro urbano que se desenha a partir de uma paisagem rural que é composta pelo curral ou fazenda, pela primeira capela e pelo casario que se constrói nos seus entornos.

No excerto abaixo, faz-se referência também às figuras dos bandeirantes/sertanistas – encarados como homens civilizados que viriam a ocupar as partes mais aproveitáveis (claramente aproveitamento econômico) – e a uma desocupação gradativa (para não dizer voluntária e pacífica) por parte dos indígenas. É possível observar claramente, o cunho etnocêntrico desse discurso historiográfico que não questionou nem ao menos fez referência ao processo de extermínio sofrido pelas populações indígenas.

O município de Carnaíba, segundo gráficos ainda existentes em pedras de furnas e de outros locais podiam servir de habitações aborígenes, foi habitado primeiramente pelos índios cariris. Sabe-se que estes primitivos habitantes abandonaram as terras, pouco a pouco, e na segunda metade do século XVIII, a gente civilizada foi ocupando, como em quase todo o sertão pernambucano, as partes mais convidativas e aproveitáveis aos bandeirantes de então. Fazendo parte da grande bacia do rio Pajeú, acredita-se tenha sido esta região uma das primeiras procuradas pelos sertanistas que aqui foram chegando em fins do século XVIII.

Parte do seu território pertencia, naquela época, à Casa da Torre de Garcia D'Ávila, pois no livro tomo da referida casa, encontram-se algumas fazendas entre as quais, “Carnaíba Velha” e “Oitizeiro”, arrendadas ao capitão Manoel José de Souza Diniz e rendiam para o senhorio do Morgado a quantia de 14\$000 por ano. O local que é hoje a sede do município, somente em meados do século XIX, recebeu os primeiros habitantes civilizados que foram os portugueses João Gomes dos Reis e o tenente-coronel Saturnino Bezerra, não se sabendo como foi adquirida por estes sertanistas a então Fazenda Carnaíba, onde fixaram residência. João Gomes dos Reis procurando desenvolver o local, atraindo para ali os habitantes vizinhos, fez construir, por volta de 1870, uma capelinha sob a invocação de Santo Antônio, para que anualmente houvesse festejos em homenagem ao Santo de sua devoção. Tratou em seguida de arranjar na cidade de Flores um fiscal para proceder ao alinhamento das ruas. Atraídos pelos festejos antoninos, habitantes da circunvizinhança iniciaram as primeiras construções de casas residenciais e pequenos estabelecimentos de comércio. Teve início, assim, a povoação, e Carnaíba foi, pouco a pouco tomando ares de uma vida nova (...) (IBGE, 1958, volume 18, p. 85).

Chama atenção a referência que se fez às figuras dos rendeiros que exploravam áreas dadas à Casa da Torre em sesmaria. O problema é que, ao invés de ser uma forma de relativizar o processo de povoamento linear via distribuição de sesmarias, na maior parte dos casos analisados, a presença dos rendeiros, da maneira que se coloca nessas narrativas, só o reforça.

Também chamam a atenção as fontes de dados utilizadas pelos autores colaboradores dessa publicação. São principalmente obras de autores membros dos Institutos Históricos e Geográficos. Buscou-se especialmente o “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco” de Sebastião Galvão e “Os Anais Pernambucanos” de Pereira da Costa, para Pernambuco, e o “Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba”, de Coriolano de Medeiros, e obras de autores da passagem do século XIX para o XX, como Irineu Jofilly, para a Paraíba, além de registros cartoriais em que se destacam as cartas de doação de sesmarias e os registros de criação e instalação das paróquias. São justamente as mesmas fontes utilizadas por alguns historiadores, que reconhecidamente escreveram sobre a história dos Estados (como Horácio de Almeida, Celso Mariz, Barbosa Lima Sobrinho) e escritores locais dedicados à história municipal, que recorreram a elas para contar a origem dessas localidades, muitas vezes com a intenção de ressaltar o papel de proeminência de alguma família (da qual faziam parte) no “descobrimento”, conquista e “progresso” de determinada área.

São exemplos dessas influências recíprocas e desse esquema analítico (fazenda/capela/povoação), os trabalhos de Ulysses Lins de Albuquerque (1989), Luis Wilson (1972 e 1974), o de Dantas e Dantas (2008), o de Medeiros e Medeiros (1989) e o de Almeida (1978). Albuquerque (1989), por exemplo, relacionou a chegada aventureira de portugueses ao sertão que, inicialmente preando índios e requerendo sesmarias, instalaram fazendas e currais de gado em locais onde viriam a surgir aglomerados urbanos, sedes de atuais municípios. É interessante como o autor destacou, com precisão, seu parentesco com esses fundadores, que “desbravaram” os sertões de maneira quase heroica e deixaram uma descendência de “personalidades de relevo”, ocupantes de cargos políticos importantes; como fala da captura aos índios de maneira bem natural e como

indiretamente justifica o domínio de vastas extensões de terras por pessoas ligadas a ele por parentesco.

E aqui se me oferece uma oportunidade para aludir aos portugueses que naquela época – fins do século XVII a meados do XVIII, e até depois disto – se aventuram pelo sertão, a princípio preando índios.

Além de outros, meus ascendentes mais remotos, verifiquei por exemplo que, em Olho d'Água dos Bredos, o português José Avelino Correia (Picanço) já encontraria o patricio Leonardo Pacheco do Couto, que foi sogro de Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti (Budá). (...)

O português Pantaleão de Siqueira Barbosa – mestre de campo, meu tetravô materno – foi o fundador do povoado de Jeritacó, à margem do rio Moxotó, encravado na antiga freguesia, criada em 1842, depois município de Alagoa de Baixo, pertencente depois ao novo município de Inajá – ex-Moxotó, e hoje Ibimirim.

Esse português tornou-se célebre, não somente pelas sesmarias que possuiu, como pela fortuna que deixou para a época (...) e ainda pelas suas proezas de preador de índios e matador de onças. Fundando várias fazendas de gado nos seus vastos domínios – grandes datas de terras encravadas nos atuais municípios acima referidos, e, mais, o de Inajá (ex-Moxotó), Pantaleão tornou-se um grande pecuarista (...).

As suas sesmarias estendiam-se desde os atuais limites de Sertânia (antiga Alagoa de Baixo) com Arcoverde (outrora Olho d'Água dos Bredos e, depois Barão do Rio Branco, até as extremas de Flores e Floresta com o atual município de Custódia, desmembrado de Alagoa de Baixo (...)

(...) descenderam, entre outros homens ilustres: dr. André Cavalcanti, Ministro do Supremo Tribunal; cardeal Joaquim Arcoverde (...), dr. Carlos de Lima Cavalcanti, ex-governador de Pernambuco; dr. Pedro Ernesto, ex-prefeito do Distrito Federal; dra. Amélia Siqueira Cavalcanti, segunda mulher a diplomar-se em medicina no Brasil; e outras personalidades de relevo. (...) (Albuquerque, 1989, p. 79-83).

Mas essas fontes e esse esquema analítico continuam sendo fortemente utilizados por alguns grupos de pesquisa no âmbito da academia em universidades brasileiras. De maneira geral, nos cursos e programas de pós-graduação em ciências sociais que enfocam relações sociais desenvolvidas no meio rural, como é o caso do PPGCS/UFCG, os estudiosos recorrem à história local e à história econômica e a seus discursos costumeiros (como a colonização ibérica, economia de *plantation*, estrutura fundiária concentrada, o avanço do capitalismo no campo e a urbanização) para fundamentar e iniciar grande parte de seus estudos (que muitas vezes giram em torno das transformações sociais, em geral, e, em especial, da desagregação social de comunidades rurais).

Além disso, no próprio campo historiográfico existe uma tendência em se retomar esse tipo de estudo com enfoque municipal após a grande crise desse campo decretada pelos estudos de história social e cultural, a partir da década de 1970. Como exemplo, apresento as publicações da EDUFCG, sob organização do professor Antonio Clarindo Barbosa de Souza (2012, 2013a, 2013b), da Universidade Federal de Campina Grande.

No geral, a proposta da Coleção “História dos Municípios Paraibanos” é reinserir as discussões sobre o local e o regional no quadro historiográfico do Norte e Nordeste, que, segundo o autor-organizador, devido a uma enxurrada teórica de influência da história social e cultural, tem prescindido da tarefa de elucidar as diferenças regionais e locais, e as particularidades dos processos

sociais e históricos. Apesar de tentar fazer justiça aos grupos de atores sociais subalternizados (os índios, africanos e pobres) como efetivos participantes da colonização, a coleção “História dos Municípios Paraibanos” mantém a mesma linha argumentativa e são ancorados nas mesmas fontes que os textos elaborados pelos organizadores da “Enciclopédia” foram baseados. Assim, essas publicações continuaram dando importância secundária a esses atores reivindicados como protagonistas. Como é possível notar no trecho abaixo, sobre o município de Sumé, prioriza-se a referência à chegada dos primeiros moradores (colonos brancos), o estabelecimento das primeiras fazendas de gado originárias da Casa da Torre, a presença passiva dos índios e a fundação da capela, nos arredores da qual surgiria o casario que viria a compor a área da sede municipal.

Nos fins do século XVIII, iniciou-se o processo de fixação dos colonos na região do Cariri Paraibano, que foram se estabelecendo por ali, principalmente nas fazendas de criação de gado, vindos principalmente de Pernambuco como também de outras regiões da própria Paraíba, os quais vieram para essa região devido à facilidade de instalação das fazendas de gado e da utilização do trabalho dos índios sucurus, que faziam parte do grupo dos índios cariris e que possivelmente já habitavam estas terras. (...)

Já em 1819 houve o lançamento da pedra fundamental da capela de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Sesmaria, por devoção de seus proprietários. Cabendo ao senhor Luis José Albuquerque Vasconcelos e sua mulher fazerem a doação das terras onde hoje está a sede do município. Sendo a transmissão do ato feita pelo Comendador João de Sá Cavalcanti e sua esposa Dona Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque. É o que consta na escritura de doação lavrada no 1º Cartório na Comarca de São João do Cariri, em 05 de julho de 1873. (Macêdo, 2012, p.93-94).

Mas o fato é que, de forma dominante, essas versões sobre a colonização do semiárido e sobre o surgimento das localidades associado à ação de famílias de sesmeiros e conquistadores em torno do estabelecimento de fazendas de gado e, portanto, da pecuária, ajudaram a cristalizar uma visão (imóvel e limitada à dualidade latifundiário/ trabalhador, simplificada pelas figuras do sesmeiro/fazendeiro e do vaqueiro) mais ou menos homogênea e desdobrada (plana, sem dobras, nem embaraços teóricos) sobre a constituição de grupos sociais, rígida e linear, sobre a ocupação do semiárido através do latifúndio e da pecuária, onde se obscurecem outras formas de ocupação do solo e uma variabilidade de grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que cumpri o objetivo desse trabalho. Minimamente, apresentei os principais aspectos da visão baseada na *plantation* – com utilização transposta, com pequenas alterações, do litoral canavieiro para o interior do Nordeste – para explicar a origem e o povoamento dos sertões nordestinos a partir de um construto que constituiu-se como mito original, que se apoia na tese sesmarial sobre a formação territorial e na determinação do latifúndio com fundamento da ocupação

do solo (em torno do arranjo produtivo da pecuária extensiva) e da constituição das relações sociais, mito que se materializou em torno da imagem ou ideia-força da “civilização do couro”.

Demonstrei que essa imagem extrema sobre os sertões que mantém forte ressonância em estudos recentes, de caráter histórico e sócio-antropológico (inclusive numa certa intelectualidade de esquerda) sobre o interior do Nordeste, foi cristalizada, no âmbito da academia, principalmente por um campo intelectual ligado à História Econômica, a partir de autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos de Guimarães; à geografia econômica, como Manuel Correia de Andrade; à economia, como Celso Furtado e Otamar de Carvalho e mesmo por sociólogos e antropólogos como Gilberto Freyre, Jacques Lambert, Roger Bastide e Darcy Ribeiro.

Por um lado, num campo não tão acadêmico, essa imagem relaciona-se com uma versão sobre a ocupação do semiárido que é considerada e propalada tanto pela historiografia municipal, quanto pelos historiadores de família. Observei que essa versão chegou a influenciar inclusive o IBGE. Com a publicação “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, na década de 1950, o instituto relacionou a origem/povoamento/colonização de boa parte das municipalidades do interior nordestino a personagens quase míticas, fundadoras dos aglomerados urbanos, e reproduziu narrativas construídas em torno da figura de um senhor (geralmente sesmeiro, de origem portuguesa) que doa parte de suas terras, de sua fazenda ou curral de gado para compor o patrimônio da igreja e servir de área para a construção da primeira capela, onde viriam a ser erigidas as vilas e sedes das freguesias¹⁷.

Por outro, os historiadores de família, principalmente quando fazem parte de determinado “clã” tradicionalmente reconhecido, tendem a ressaltar o papel de fundador/descobridor de seus antepassados em relação às terras que viriam a compor os atuais municípios e justificar sua antiguidade no processo de ocupação, assim como a legitimidade de suas propriedades.

Nesses dois casos, as análises prendem-se ao dualismo latifundiário/trabalhadores sem acesso à terra e não é reconhecida, com os devidos tratamentos teórico e empírico, a existência de grupos intermediários de pequenos proprietários cultivadores autônomos que, por exemplo, tiveram suas origens relacionadas com o processo de apossamento de áreas desocupadas num passado remoto ou são descendentes de outros atores pobres que apostaram nos sertões a partir da compra (como foi o caso de muitos tropeiros e almocreves), ou advém de grupos de grandes proprietários que conseguiram acumular riqueza e terras sem serem descendentes diretos e herdeiros do poderio dos sesmeiros, como demonstrei em Nunes (2017).

Mas será imperioso, justo e necessário que se aponte (em outro trabalho que já estou preparando) tanto nos autores que eu elenquei, como nos clássicos da teoria social sobre o Nordeste (Celso Furtado, Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira, Manuel Correa de Andrade, entre outros),

¹⁷ Essa forma de contar a história é clássica e demonstra o quão atrelado o Estado era à Igreja Católica

quanto numa bibliografia mais contemporânea, os elementos inspiradores de uma visão alternativa sobre esse processo de ocupação/colonização que me propus, na pesquisa de doutorado, e que, de certa maneira, por um lado, dê continuidade aos germens das ideias colocadas por alguns desses autores e, por outro, inove com contribuições teóricas e empíricas direcionadas aos estudiosos que virão depois de mim e que arriscarão transitar nesse campo aberto, pois pouco explorado, que é o da constituição, numa perspectiva de longa duração, de grupos sociais da parte semiárida do Nordeste, a partir da potencialização das críticas ao “modelo normativo de análise” da história do Nordeste – a baseado na expansão da pecuária extensiva – já colocadas, por exemplo, por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), Maria Yedda Linhares (1996) e Yony Sampaio (2015).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um sertanejo e o sertão; Moxotó brabo; Três ribeiras: reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
- ALMEIDA, Antônio Pereira de. *Os Oliveira Ledo e a genealogia de Santa Rosa: 27 anos de pesquisas genealógicas*. João Pessoa: Editora Gráfica Universal, 1978.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, p 55-76, jul/dez, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>. Acesso em: 24/11/2016.
- CAVALCANTE NETO, Faustino Teantino. Taperoá: apontamentos para sua história. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *História dos Municípios Paraibanos*. Vol. 2. Campina Grande: EDUFPG, 2013, 110p.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: EDUNB, 1982.
- CEHM. *Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre: contendo a relação das fazendas vinculadas, valor pago pelos rendeiros, limites fundiários e logradouros: 1778 – 1779*. Recife: CEPE, 2012.
- COSTA PORTO, José da. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1979.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1967.
- DANTAS, Fabio Lafaiete e DANTAS, Maria Leda de Resende. *Uma Família na Serra do Teixeira: Elencos e Fatos*. Recife: Editora Liber, 2008.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.
- FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio e BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. *Caderno CRH*, v.23, n. 59, maio/ago., 2010, p. 385-400.

- FERRAZ, Tatiana Valença. *A formação da sociedade no Sertão pernambucano: trajetórias de núcleos familiares*. Dissertação (Mestrado em História do Norte e Nordeste). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALLIZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 1979.
- GARCIA Jr, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez, 2003, p. 154-189.
- GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/nera/atlas>.
- GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*. XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo (RS), 2007.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão Veredas*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1978.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2004.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Revista Tempo*, Niterói, vol. 01, nº 02, 1996, p. 133.
- MACEDO, Hilma Carmen Pereira de. A cidade de Sumé e suas peculiaridades. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.). *História dos Municípios Paraibanos*. Vol. 1. Campina Grande: EDUFPG, 2012, 100p.
- MEDEIROS, Tarcízio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. *Ramificações Genealógicas do Cariri paraibano*. Brasília: CEGRAF, 1989.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 2ª Edição refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.
- MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de Gado do Piauí (1697-1762)*. VIII Simpósio Nacional dos professores universitários de história. São Paulo, 1976.
- NUNES, Aldo Manoel Branquinho. *Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)*. Tese

- (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades, 2017.
- PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 19, 1977: 55-78.
- PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/SUVALE, 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 48 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Formação Territorial do Nordeste – Muitos mitos e poucos estudos. *Revista do IAHGP*, Recife, n. 68, pp. 49-76, 2015.
- SILVA, Diógenes Luiz da. *Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013.
- SILVA, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *História dos Municípios Paraibanos*. Vol. 1. Campina Grande: EDUFCEG, 2012, 100p.
- SILVA, M. M. e LIMA, D. M. A. *Sertão Norte: Área do Sistema Gado-Algodão*. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª ed. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- SOUZA, Clemente de Amorim. Relação encaminhada por Clemente de Amorim Souza aos senhores do muito nobre Senado da Paraíba por especial ordem que tinha de SMGE. dos lugares e povoações do Cariri de Fora. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico da Paraíba*, v. 12. 1953.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.). *História dos Municípios Paraibanos*. Vol. 1. Campina Grande: EDUFCEG, 2012, 100p.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.). *História dos Municípios Paraibanos*. Vol. 2. Campina Grande: EDUFCEG, 2013a, 110p.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *História dos Municípios Paraibanos (org.)*. Vol. 3. Campina Grande: EDUFCEG, 2013b, 86p.
- SOUZA, Itamar de e MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca: Uma análise sócio-política das secas do Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SUASSUNA, Ariano. *O Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1975.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 8, abril, 1997, 119-156.
- VASCONCELOS, Ronaldo Ramos e TORRES, Wilson F. *Impactos ambientais das atividades humanas na base de recursos naturais renováveis do semi-árido*. Brasília, Áridas, 1994.
- VILLAR DE AQUINO, Aécio. *Aspectos Históricos e Sociais da Pecuária na Caatinga Paraibana*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1987.
- WILSON, Luis. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde) reminiscências*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1972.
- WILSON, Luis. *Vila Bela, Os Pereira e outras histórias*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1974.